

PRR: uma enorme janela de oportunidade para melhorar o conforto dos edifícios portugueses



João Ferreira Gomes
Presidente da ANFAJE

A pandemia causada pela Covid-19 provocou uma das piores crises europeias, o que levou a União Europeia a criar o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com apoios e estratégias que podem permitir iniciar um caminho de recuperação económica e resiliência e construir um futuro mais sustentável em todos os Estados-membros. Neste contexto, a definição do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de Portugal, está centrado em três grandes eixos, os quais têm como objetivo a recuperação da economia portuguesa, a construção de um futuro mais resiliente e sustentável e a convergência, durante a próxima década, com a Europa.

No que respeita ao eixo 'Resiliência', o objetivo é preparar a sociedade portuguesa para a superação de crises e desafios estruturantes e construir uma economia competitiva, sustentável e inclusiva. No eixo da 'Transição Climática' existe uma aposta no aumento do conforto e da eficiência energética dos edifícios, da utilização de energias renováveis e na redução de emissões de CO2. Relativamente ao eixo da 'Transição Digital', este deverá preparar e adaptar as competências dos profissionais e empresas para a 'era digital'. Atendendo a estes objetivos, o PRR será essencial para alcançar diversos objetivos: a recuperação económica; a diminuição das vulnerabilidades sociais (nomeadamente no acesso à Saúde e à Habitação); o aumento da competitividade

A prevista atribuição de "vales eficiência" às famílias mais carenciadas pode ser uma medida positiva com o objetivo de reduzir a 'pobreza energética'

das empresas; a manutenção do emprego e a melhoria das qualificações dos trabalhadores. Por fim, gostaria de sublinhar o objetivo de combate à denominada 'pobreza energética' através da execução de medidas de apoio à reabilitação e ao aumento do conforto térmico dos edifícios portugueses.

Neste âmbito, a prevista atribuição de "vales eficiência", às famílias mais carenciadas, pode ser uma medida positiva com o objetivo de reduzir a 'pobreza energética'. No entanto, esta medida terá de ser complementada com soluções de financiamento, com taxas de juro reduzidas, que permitam a execução de obras de melhoria do conforto térmico da envolvente construtiva (isolamentos de paredes e janelas eficientes).

Quanto aos apoios previstos para a substituição de janelas antigas por novas janelas eficientes, através do programa 'Edifícios Mais Sustentáveis', do Fundo Ambiental, é necessário aliar uma eficiente gestão do programa com uma eficaz campanha de informação junto da população portuguesa.

Tendo em conta os investimentos previstos para a habitação e para o aumento do conforto e eficiência energética dos edifícios, o PRR dará um grande contributo para que a fileira dos materiais de construção, em geral, e o setor das janelas, portas e fachadas, em particular, assegurem a sustentabilidade e o crescimento da sua atividade durante os próximos anos.

Em suma: o PRR pode abrir uma enorme janela de oportunidade para melhorar o conforto térmico e acústico das habitações portuguesas. O grande desafio que todos temos, enquanto portugueses, será o executar de todas as medidas e programas previstos, aproveitando o melhor possível todos os recursos financeiros disponíveis. Com uma cooperação forte entre todas as entidades públicas e privadas, estaremos todos mais preparados para dar uma forte resposta aos enormes desafios que temos pela frente.

Uma transição energética justa e democrática



Nelson Lage
presidente da ADENE
Agência para a Energia

A descarbonização dos edifícios e a transição energética são prioridades que vão estar na linha da frente nos próximos anos. Portugal está em pleno processo de mudança e há novos desafios a cumprir. Se tivermos em conta que o parque de edifícios é responsável por um consumo final de energia de cerca de 30% em Portugal e de 40% na Europa, percebemos o muito que há para mudar.

Concluído o diagnóstico é tempo de agir e o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, é o instrumento para a ação. Este é um documento estratégico para Portugal, que em conjunto com a ELPRE, permite estabelecer uma abordagem à renovação para os próximos 30 anos.

A renovação do parque de edifícios existentes, e a descarbonização dos consumos de energia, através do reforço da eletrificação, é uma medida fundamental para o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de energia e clima.

Estes dois objetivos ambiciosos devem ser sustentados por políticas públicas fortes, tendo sempre o foco no cidadão. A mudança só será concretizável por via das decisões políticas com o apoio das pessoas. Se o fizermos estaremos a cumprir outros objetivos estratégicos, como o combate à pobreza energética e o apoio aos consumidores mais vulneráveis.

Diria que a reabilitação é a palavra de ordem para os próximos tempos e que devemos ser mais ambiciosos nas nossas metas. A renovação dos edifícios deve estar aliada à melhoria do seu desempenho ambiental, à adoção de princípios de circularidade, da eficiência de recursos, e da utilização de materiais reciclados. Crucial será também a promoção de estruturas verdes como fachadas e coberturas dos edifícios.

Para cumprir estes ambiciosos objetivos não vão faltar verbas. No que diz respeito à eficiência energética e à melhoria do desempenho ambiental de edifícios, os investimentos ascendem a 610 milhões de euros, dos quais 300 milhões

para eficiência energética em edifícios residenciais, 240 milhões para eficiência energética em edifícios da Administração Pública Central, e 70 milhões para eficiência energética em edifícios de serviços.

Estas verbas, bem aplicadas, vão permitir a redução de emissões de gases com efeito de estufa por via da redução muito significativa dos consumos de energia, a melhoria dos níveis de conforto, a extensão da vida útil dos edifícios e o aumento da sua resiliência.

Serão igualmente importantes os benefícios ao nível da cadeia de valor associada ao setor da construção e do imobiliário com novas competências em que a sustentabilidade e a eficiência energética vão obrigar a novos desafios como o uso de materiais circulares e projetos de arquitetura mais verde. Esta mudança vai permitir o recurso a mão de obra intensiva e especializada, prevendo-se um efeito multiplicador no emprego, com mais formação e maior capacitação dos trabalhadores.

A eficiência energética e a melhoria do desempenho ambiental de edifícios deve ser uma transição justa e não deixar para trás os mais vulneráveis. Assim, deverá ser lançada a segunda fase do Programa "Edifícios Mais Sustentáveis" que terá uma dotação de 30 milhões de euros, e que irá incluir as famílias com menores rendimentos e em situação de pobreza energética.

O Programa "Vale Eficiência" será uma forma de não deixar para trás os mais desprotegidos, já que vai atribuir às famílias economicamente frágeis um vale de 1.300 euros para que estas possam melhorar o desempenho energético da sua habitação. Estes vales vão permitir a realização de intervenções através da substituição ou aquisição de equipamentos, mas também de soluções energeticamente eficientes.

Estou em crer que com todos os instrumentos hoje disponíveis, Portugal está no bom caminho para uma transição energética justa, democrática e coesa.



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

**simplicidade
e modernidade**



**A OET representa todos os
Profissionais de Engenharia**

www.oet.pt